



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1295

EUGENIA E CONTROLE MATRIMONIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA DE 1929.

FRANCIELLE UCHAK

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE (UNICENTRO)

Resumo: O objetivo do presente trabalho é analisar, a partir da perspectiva da História da Ciência, os debates da Eugenia no Brasil, movimento que envolveu intelectuais de vários campos do conhecimento no início do século XX. Nesse sentido, é observado a importância do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929, na cidade do Rio de Janeiro. Esse evento fez parte das comemorações do Centenário da Academia Nacional de Medicina e contou com a presença de importantes figuras do cenário político, médico e intelectual do país. Desse modo, a partir dos textos apresentados durante o Congresso, os quais são aqui tomados como fonte, e que se encontram no volume das “Actas e Trabalhos” do evento, é analisada as mais variadas concepções presentes no movimento eugênico brasileiro nesse período. Sendo assim, a abordagem do referido congresso se torna palco onde diferentes ideias eugênicas foram debatidas, relacionadas às discussões sobre raça, miscigenação e formação da nação brasileira. Para esta comunicação, analise-se especialmente o texto apresentado por Joaquim Moreira da Fonseca, que tem como título “Casamento e Eugenia”. Em seu texto, o congressista traz a reflexão sobre a questão eugênica em relação ao casamento e as medidas que deveriam ser tomadas para o controle dos matrimônios e da reprodução dos indivíduos considerados degenerados. Neste sentido, o objetivo é problematizar a maneira como o controle e a educação matrimonial são pensados como elementos centrais da eugenia brasileira, que visava a formação de uma nação racialmente regenerada e moralmente civilizada.

Palavras-chave: Eugenia; raça; matrimônio; história da ciência no Brasil.

Financiamento: MEC- Programa de Educação Tutorial (PET HISTÓRIA/UNICENTRO).

1.1 Introdução e Justificativa.

O fim da escravidão e a Proclamação da República trouxe um enorme desafio para a nova geração de cientistas formados em instituições universitárias brasileiras que se propunham a pensar o futuro do país. A postura desses cientistas da época, formados em sua maioria por médicos e juristas, se concentrava em dois aspectos: o

seu compromisso acadêmico com as ciências naturais e manter-se compromissados com a nova nação. (SCHWARCZ,1993).

Pensar na sociedade brasileira do início do século XX é se deparar com uma efervescência de ideais no campo político, econômico, social e cultural, que tinham como objetivo a busca por um ideal de nação e o progresso social. Isso acabou mudando o cenário intelectual da época, que ficou envolvido em inúmeras teorias de raciais e ideologias como a do branqueamento da sociedade brasileira, que foi amplamente incorporada pelas elites nacionais, e acreditavam que a nação deveria ser de “cor branca”, sem resquícios do século anterior (SKIDMORE, 1976). Lilia Moritz Schwarcz nos mostra que “de fato que a raça, cor, ou mistura foram sempre assuntos essenciais entre nós e sobre nós, surgindo ora como motivo de exaltação, ora como sinal de descrédito” (2007, p.11).

A representação que as elites brasileiras e europeias tinham sobre o Brasil nas primeiras décadas do século XX era que os brasileiros deveriam ser considerados degenerados, tanto moral quanto racialmente, estando o acesso ao ‘mundo civilizado’ permanentemente fora de seu alcance. Segundo Sérgio Carrara, “até o início do século XX, uma conjunção única de fatores climáticos e raciais era mobilizada para explicar a inferioridade racial e moral dos brasileiros” (CARRARA, 2004, p. 433). Diversos intelectuais começaram a expor suas teorias de melhoramento racial, colocando em foco o branqueamento e discutindo a respeito da mestiçagem. A elite intelectual e as lideranças políticas refletiam até que ponto seria possível e desejável, introduzir um princípio da igualdade entre os cidadãos, com todas as suas consequências, em um país, que de acordo com Carrara, era composto por mestiços e raças inferiores.

Nos primeiros anos do século XX, o Brasil era o principal país da América Latina no campo do saneamento e da saúde pública, sendo o pioneiro a estabelecer uma sociedade eugênica. A população brasileira era miscigenada, além de ser considerada pobre e analfabeta, e quando a eugenia começa a ter um lugar importante na sociedade, surge a preocupação em se “lapidar” uma identidade racial e ajudar a resolver alguns problemas da área da saúde. (STEPAN, 2005.).

Em meio a esse processo de intensas mudanças no cenário social do país “os cientistas brasileiros tentavam tornar possível, ou pelo menos concebível, o

reposicionamento de seu país e deles próprios no então chamado ‘concerto das nações’” (CARRARA, 2004, p.430).

O intuito dessa pesquisa é analisar os debates acerca da Eugenia no Brasil nas primeiras décadas do século XX, com destaque para a análise do I Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929. Esse evento foi central para a discussão das ideias eugênicas no país e o debate sobre miscigenação racial e formação da nação brasileira.

Transformada em um movimento científico e social vigoroso a partir do início do século XX, a eugenia cumpria metas diversas. Como ciência, ela supunha uma nova compreensão das leis de hereditariedade humana, cuja aplicação visava a produção de “nascimentos desejáveis e controlados; enquanto movimento social, preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupos e, talvez o mais importante, ‘desencorajar’ certas uniões consideradas nocivas à sociedade” (SCHWARCZ, 2007, p. 60). Nesse sentido a medida eugênica de controle de matrimônios se torna um elemento de extrema importância nesse debate. Os eugenistas também se preocuparam com o casamento e estando envolvidos por suas crenças de aperfeiçoamento da raça humana, discutiam, entre outras coisas, as melhores estratégias para se evitar as uniões matrimoniais consideradas indesejáveis para o futuro das populações humanas (CASTELANÃ, 2003).

A abordagem da medida eugênica em relação ao controle e educação matrimonial e aos casamentos consanguíneos é fundamental, pois essa problemática estava estritamente ligada a um momento que não era “aceitável” que houvesse degenerados na sociedade brasileira. Desse modo, os exames pré-nupciais ocuparam um aspecto central nos movimentos eugênicos da América Latina, sobretudo no discurso acerca de gênero, raça e identidade biológica da nação. (STEPAN, 2005.). Essas discussões começam a aparecer na esfera judiciária do Brasil chegando a influenciar na elaboração do Código Civil da época. Isso por que a eugenia matrimonial esteve intensamente ligada às questões de nação e gênero, vinculando-se ao discurso da construção da identidade nacional. (CASTELANÃ, 2003).

O gênero é um elemento fundamental no discurso acerca da eugenia. “Ele era importante para a eugenia por que era pela reprodução sexual que ocorriam a modificação e a transmissão da conformação hereditária das gerações futuras. O

controle dessa reprodução por meios diretos ou indiretos tornou-se, portanto, um importante aspecto de todos os movimentos eugênicos. Tendo em vista que o papel social das mulheres era visto como primordialmente reprodutivo, muitas políticas eugênicas concentraram-se nelas. (STEPAN, 2005, p .116).

Na segunda metade da década de 1910, o movimento eugênico começa a ganhar espaço nos círculos médicos e intelectuais de grandes cidades do Brasil. Em São Paulo, a Sociedade Eugênica fez uma intensa campanha para esclarecer e divulgar os “ideais de Galton”. Além da expansão do ideal eugênico, que foi demonstrado pela Sociedade Eugênica de São Paulo, pela Liga de Pró-Saneamento do Brasil e pela Liga Brasileira de Higiene Mental, outras associações, academias e revistas de medicina assumiram ideias eugênicas como parte de seu programa científico.

O fundador e principal intelectual eugenista foi o médico e escritor Renato Kehl, esse reuniu boa parte da elite médica e profissional da capital do estado e de cidades próximas (SOUZA, 2006). Entre os 140 membros da instituição havia bacteriologistas, microbiologistas, médicos, psiquiatras, professores universitários e diretores de instituições médicas. (STEPAN, 2005.) Com a mudança de Kehl para o Rio de Janeiro e o fim da Sociedade Eugênica, o esforço em prol da eugenia continuou e o tema ganhou as páginas da imprensa médica e dos jornais. A historiadora Nancy Stepan nos mostra que, “o reduzido tamanho da classe profissional e letrada do Brasil e os estreitos contatos entre jornalismo, literatura e medicina garantiram à eugenia um lugar na imprensa diária e semanal.” (STEPAN, 2005).

Com a expansão do movimento eugênico, a Academia Nacional de Medicina, que era presidida pelo médico Miguel Couto, começa a divulgação do Primeiro Congresso de Eugenia, realizado de 01/07/1929 a 07/07/1929, como parte integrante das comemorações que marcariam o centenário da instituição, fundada em 1829. A divulgação do Congresso pela Academia Brasileira de Medicina, uma das principais instituições do campo médico naquele período, contribuía tanto para reafirmar o interesse e a consolidação da eugenia como um dos principais temas tratados pelos intelectuais brasileiros, quanto para definir os novos rumos que o movimento eugênico seguiria na década de 1930 e qual seria o futuro da nação. Sendo realizado na sede da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o Congresso

Brasileiro de Eugenia contou uma centena de intelectuais, inclusive com a presença de representantes de outros países da América do Sul. Os participantes incluíram médicos, educadores, juristas, antropólogos e historiadores.

O Congresso foi presidido pelo antropólogo e Diretor do Museu Nacional Edgard Roquete-Pinto, e secretariado pelo médico Renato Ferraz Kehl. O evento foi dividido em três seções e, que cada uma tinha seu presidente e secretário. A primeira sessão foi dedicada a Antropologia, o responsável foi o antropólogo Fróes da Fonseca e secretariada pelo médico Fernando da Silveira. A segunda sessão foi a de Genética, presidida pelo fisiologista Álvaro Ozório de Almeida e tinha como secretário o professor Couto Silva. A última seção foi a de Educação e Legislação, presidida pelo jurista Levi Carneiro e secretariada pela professora Celina Padilha, única mulher que aparece no volume das “Actas e Trabalhos”. Nos dias do evento, as seções eram organizadas e os trabalhos eram apresentados e discutidos. Ao fim do dia, era proferida uma palestra principal que reunia todos os participantes.

O trabalho apresentado por Joaquim Moreira da Fonseca, que será analisado posteriormente, traz o importante debate acerca da eugenia matrimonial, a qual torna-se indispensável no discurso eugênico desse período.

1.2 Objetivos.

O objetivo central dessa pesquisa é compreender a importância em se analisar os discursos eugênicos no Brasil nas primeiras décadas do século XX refletindo sobre as mais variadas ideias eugênicas, que existiam nesse período de grandes transformações na sociedade brasileira. O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia torna-se primordial nesse debate, pois é necessário compreender o modo como os participantes do evento trataram da questão racial e a formação eugênica da população brasileira. Nesse sentido, se torna essencial analisar a emergência da eugenia no Brasil no início do século XX e os principais debates propostos pelos intelectuais e cientistas a respeito do pensamento racial.

Portanto, a busca pela análise dos conceitos acerca da construção da chamada “eugenia preventiva” se torna fundamental no processo da busca de uma identidade nacional. O controle e educação matrimonial no Brasil foi uma estratégia eugênica para o melhoramento racial nas primeiras décadas do século XX, a relevância dessa

problemática precisa ser abordada de uma maneira importante, uma vez que foi uma medida de intervenção no corpo populacional brasileiro no início do século XX e assim ressaltar sua influência para reforçar o controle de casamentos como um dos instrumentos principais da eugenia brasileira. (CASTELANÃ, 2003.).

1.3 Resultados.

A busca eugênica por um ideal de nação biologicamente “perfeita” e o intuito de “purificar” a reprodução da população fazendo com que alcançasse e estivesse adequada as condições hereditárias, fez com que esses discursos estivessem estritamente ligados as questões de gênero e raça. Essas ideias produziam várias propostas para serem colocadas em prática no meio social, nesse sentido a eugenia ficou ligada intensamente a política da identidade nacional principalmente no que dizia respeito a sexo e reprodução. A medida eugênica central nesse debate é o exame pré-nupcial. A respeito disso Nancy Stepan destaca “os exames pré-nupciais se tornaram uma medida eugênica nas décadas de 1920 e 1930, eram defendidos como instrumentos de aprimoramento de raça apesar de levantarem algumas questões morais extremamente difíceis, além de problemas práticos de aplicação” (2005, p. 132).

Os eugenistas tinham posição favorável quanto a necessidade dos exames pré-nupciais, pois esses poderiam indicar determinados danos hereditários que seriam possivelmente evitados nas futuras gerações, mas ainda havia algumas discordâncias quanto a obrigatoriedade dos exames e isso se refletiu como demonstra Renato Kehl na “proposta dos eugenistas brasileiros de transformar a promoção de educação eugênica em responsabilidade do Estado Nacional que foi inscrita na nova Constituição brasileira de 1934”.(KEHL apud STEPAN, 2005, p.142). A legislação brasileira a respeito dos exames pré-nupciais aplicava-se tanto nos homens como nas mulheres e a proposta principal desses exames era evitar a reprodução de pessoas consideradas não sadias para os padrões eugênicos de hereditariedade.

Renato Kehl coloca em discussão as leis da obrigatoriedade do exame pré-nupcial, o qual é chamado por ele de “exame de sanidade”. Kehl ressalta: “As leis para serem bem aceitas devem ser precedidas de inteligente campanha de

persuasão popular, afim de evitar adversários e contraventores. O exame de sanidade pré-nupcial é uma das medidas que mais exigem campanha elucidativa para ser bem aceita pelo público, antes de se tornar obrigatória” (KEHL apud FREITAG; PIETTA, 2013).

Nessa esfera de debates acerca desse discurso que foi essencial na eugenia brasileira, é importante compreender o trabalho apresentado no I Congresso Brasileiro de Eugenia pelo médico Joaquim Moreira da Fonseca. Nascido no Rio de Janeiro em 1886, foi doutor em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1910 e membro titular da Academia Nacional de Medicina 1919. Tendo seu texto como título “Casamento e Eugenia”, o médico aborda neste trabalho algumas medidas que deveriam ser tomadas em relação ao casamento e quais seriam as melhores formas de se pensar em uma união que pudesse estar de acordo com as exigências eugenistas. Nesse sentido, Joaquim Moreira da Fonseca demonstra sua preocupação com algumas questões a serem compreendidas quando se trata do matrimônio. Destaca a questão da idade correta para casar: “O nosso dispositivo de lei que estabelece a idade mínima de 18 anos para os homens e 16 para as mulheres, sempre a mesma para todos os indivíduos, deixa margem para o absurdo de se consentir por exemplo no casamento de uma menina de 17 anos, sem o perfeito desenvolvimento de seus órgãos genitais e assim incapaz de realizar uma prole válida, enquanto que se impede o casamento de uma outra de 15 anos, precocemente pubere e já em plena maturidade sexual.” (FONSECA, 1929, p.299).

O casamento precoce, segundo Joaquim, seria uma espécie de “ameaça” para a sociedade acarretaria um desgaste genético pois a mulher ainda não estaria desenvolvida sexualmente: “O desenvolvimento de funções sexuais se faz em cada caso, especial, de acordo com a raça e o clima, influenciando ainda como um fator decisivo o meio ambiente e as condições de vida de cada um. Em nosso meio não é difícil encontrar meninas de 13 e 14 anos em perfeita forma para procrear. ” (FONSECA, 1929, p.300).

Os casamentos que acontecem muito cedo, de acordo com Joaquim Moreira, não deveriam ser pensados somente como questões sociais e morais, mas também fisiológicos. A gravidez precisaria ser pensada depois de o organismo feminino estar desenvolvido totalmente, por isso deveriam ser contados sempre 5 anos após as

“regras” isso acarretaria na idade de 18 a 21 anos. Assim, “teoricamente” essa seria a idade adulta que representaria um estado completo do desenvolvimento do organismo e do aparelho reprodutor feminino. Os argumentos utilizados a respeito do casamento precoce são alegados também para se pensar quanto ao casamento tardio e desaconselhá-los pois, desde o momento em que o casal atingia uma idade que possa dificultar a reprodução, não seria mais do interesse coletivo essa união que poderia trazer consequências drásticas. A mulher poderia ter problemas sérios durante o parto, o homem a partir de certa idade não seria positivamente o melhor elemento, sob o ponto de vista eugênico, para a reprodução.

Assim, pensando em uma forma mais “aceitável” sobre qual a idade correta para o casamento, ideal permaneceria sob todos os aspectos, as mulheres a partir de 18 anos e os homens 20 anos, sendo que essa diferença entre ambos seria aproximadamente entre 4 a 8 anos, dessa forma seria possível aproveitar a capacidade reprodutora de ambos. (FONSECA, 1929). Joaquim Moreira reflete que “É indispensável, pois, que se procure corrigir esse inconveniente de nossas leis sobre o casamento, que nem sempre defendem os interesses supremos da raça. Para isso o mais prático seria fazer com que o exame pré-nupcial atenda também a esse ponto na escolha dos conjugues, adiando a união dos que por incompleto desenvolvimento da função procreadora ainda não estejam em condições de realizar a prole sadia.” (FONSECA, 1929, p.303).

Sob o ponto de vista eugênico, analisando a partir do trabalho de Joaquim Moreira, o casamento precoce seria condenável para o melhoramento racial da sociedade, também que a idade correta que nesse período era exigida pelo Código Penal, nem sempre iria ser satisfatória em relação ao desenvolvimento da capacidade de reprodução masculina tanto feminina. Os resultados obtidos na análise sobre o cenário brasileiro no início do século XX em relação a eugenia demonstra que é necessário compreender nos dias atuais a importância dessa temática para a problematização do conceito da formação da sociedade brasileira, buscando nos discursos as raízes que nos fazem pensar o conceito de nação e raça, no caso dessa pesquisa, destacar a importância do controle de reprodução humana através do exame pré-nupcial, o qual poderia estabelecer o adiamento da união dos indivíduos que por mais que fosse atingido a idade correta para o

casamento, poderiam ainda não estar em condições para gerar uma descendência de prole sadia e racialmente regenerada.

1.4 Considerações Finais.

A historiografia começa a voltar os olhos sobre esse período acerca da eugenia brasileira a partir da década de 1990, compreendendo os discursos proferidos na época com uma profundidade maior de análise. Nesse sentido, os trabalhos realizados por vários historiadores nos trazem um universo de possibilidades acerca do debate eugênico, nos mostrando que de as primeiras décadas do século XX, os intelectuais não se arriscavam mais a dizer que o contexto de raça não era importante e que esse discurso também estava intimamente ligado a ciência.

O Congresso de 1929 foi um evento de extrema importância para se pensar as inúmeras discussões referentes ao melhoramento racial, sendo um espaço das mais diversas perspectivas eugênicas no Brasil no início do século XX. O diálogo entre as teorias mendelianas e lamarckianas se tornam essenciais para as medidas eugênicas a serem tomadas naquele momento de grandes ideias científicas acerca de uma busca de identidade nacional. Stepan aponta que “ esse diálogo, por sua vez, foi fluído e estas duas concepções se entrelaçaram em suas aplicações eugênicas”. (STEPAN, 2005: p. 347). Sendo assim, a análise dos valores sociais e políticos, os anseios intelectuais, as concepções ideológicas a dos intelectuais eugenistas que buscaram a mudança no pensamento a respeito da eugenia no Brasil se torna primordial para essa análise. Desse modo o trabalho “Casamento e Eugenia”, de Joaquim Moreira, se destaca como uma importante reflexão acerca das medidas e os cuidados sobre o matrimônio e a centralidade dessa medida eugênica no cenário científico, médico, político e social do Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Referências bibliográficas:

Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Rio de Janeiro: s.n. 1929.

CARRARA, Sérgio. Estratégias anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do entre-guerras. In: HOCHMAN, Gilberto. **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

CASTAÑEDA, L. A.: Eugenia e casamento. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, vol. 10(3): 901-30, set.-dez. 2003.

FONSECA, Joaquim M. da, **Casamento e Eugenia**. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro, vol. I, 1929, p. 299-304.

FREITAG, L. C.; PIETTA, G. Eugenia matrimonial, gênero e identidade. In: **Anais do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História**, v.1, p.610-618. 2013.

SCHWARCZ, L. K.M. **O espetáculo das raças**. São. Paulo. Companhia das Letras, 2004.

SKIDMORE, Thomas. 1976. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. 2006. **A política biológica como projeto: A “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. Dissertação de Mestrado (História das Ciências), Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

STEPAN, Nancy. **‘A hora da eugenia’: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio De Janeiro: Fiocruz. 2005.